

**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**Evolução, desafios e impacto de certificações de qualidade na
cafeicultura brasileira: uma revisão da literatura com foco no Sul de
Minas Gerais**

Elba de Souza Pereira

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel(a) em Ciências dos Alimentos

**Piracicaba
2024**

Elba de Souza Pereira

**Evolução, desafios e impactos de certificações de qualidade na
cafeicultura brasileira: uma revisão da literatura com foco no Sul de Minas
Gerais**

Orientador(a):
Prof. Dr. PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES

Trabalho de conclusão de curso apresentado como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel(a) em Ciências dos Alimentos

**Piracicaba
2024**

AGRADECIMENTOS

Ao meu noivo Uglaybe, agradeço por estar ao meu lado todos os dias, ser o apoio e maior incentivador de que eu conseguia chegar até este momento. Obrigada por ouvir e querer saber sobre o que eu estava estudando, obrigada por enxergar quando eu precisava de palavras de conforto. Agradeço por desde quando essa graduação parecia uma ideia impossível, você me disse que eu poderia conseguir e seria capaz.

Gostaria de agradecer aos meus pais, Rosana e Adenir, por viverem o sonho dessa graduação comigo, mesmo distantes se fazem perto com todo o incentivo e carinho. Assim como minha irmã, Pathy, e minha sobrinha, Manu, por serem fonte de inspiração e companheiras. Saber que sempre acreditam em mim trouxe confiança nos momentos que mais precisei.

Agradeço a minhas amigas de turma, Fernanda, Barbara, Chiara, Gabrielle e Vitória. Compartilhar a trajetória da graduação foi divertida, enriquecedora e inspiradora ao lado de vocês.

Ao professor Paulo Eduardo Moruzzi Marques, agradeço a orientação durante a elaboração deste trabalho e por apresentar temas tão importantes durante a disciplina de Socioantropologia da alimentação.

Agradeço por todos os professores que realizaram a tarefa incrível de ensinar e enriquecem o curso de Ciências dos Alimentos. Obrigada Universidade de São Paulo – USP, e ao belíssimo campus de Piracicaba, que é a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” por acolherem mais um sonho.

EPÍGRAFE

"Um poeta cultiva palavras como um homem da terra cultiva o grão. Um poeta colhe mudanças, um homem da terra colhe a vida."

Itamar Vieira Junior

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
ABSTRACT.....	7
LISTA DE TABELAS.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	9
1 INTRODUÇÃO.....	10
2 OBJETIVO GERAL.....	11
2.1 Objetivos específicos.....	11
3 METODOLOGIA	13
3.1 Requisitos, critérios e etapas de seleção das fontes.....	13
4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	19
4.1 Evolução da produção de café no Brasil.....	19
4.2 Certificações de Qualidade.....	22
4.3 Especificidades territoriais e cafeicultura familiar sustentável.....	25
4.4 Circuito espacial da cafeicultura brasileira.....	27
5 DISCUSSÃO.....	30
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	34

RESUMO

Produção de Café no Brasil: Evolução, Desafios e Impactos das Certificações de Qualidade

A produção de café no Brasil é um setor crucial para a economia, gerando emprego e renda, especialmente para a população rural. Tradicionalmente, o Brasil tem priorizado volumes e preços competitivos, mas, nos últimos 15 anos, houve um movimento crescente para promover a qualidade do café, impulsionando preços e volumes de exportações e aumento do consumo interno. Certificações como *Fair Trade*, *Utz Certified*, *Rain Forest Alliance* e orgânica têm sido estratégias chave para melhor integrar no mercado o café brasileiro, respondendo à crescente demanda por produtos “responsáveis” do ponto de vista socioambiental. Este movimento de certificações valoriza as especificidades territoriais e busca reavaliar práticas agrícolas. A cafeicultura é uma atividade econômica vital, com predominância de pequenas propriedades familiares, caracterizada pela agricultura familiar. Contudo, a concentração econômica em grandes empresas multinacionais adiciona complexidade ao setor, influenciando políticas e práticas agrícolas de acordo com interesses corporativos, o que pode marginalizar pequenos produtores. Este trabalho de conclusão de curso analisa a trajetória da produção de café no Brasil, com foco nos impactos das certificações de qualidade e na desigualdade de renda. Através de uma revisão bibliográfica, busca-se entender como esses fatores afetam as dimensões sociais, econômicas e ambientais da cafeicultura brasileira.

Palavras-chave: cafeicultura brasileira, certificações de qualidade, desenvolvimento territorial, agricultura familiar

ABSTRACT

Coffee Production in Brazil: Evolution, Challenges, and Impacts of Quality Certifications

The production of coffee in Brazil is a crucial sector for the economy, generating employment and income, especially for rural populations. Traditionally, Brazil has prioritized volume and competitive prices; however, over the past 15 years, there has been a growing movement to promote coffee quality, driving export volumes, prices, and internal consumption. Certifications such as Fair Trade, UTZ Certified, Rainforest Alliance, and Organic have become key strategies to better integrate Brazilian coffee into the market, addressing the rising demand for socially and environmentally responsible products. This certification movement highlights territorial specificities and seeks to reevaluate agricultural practices. Coffee farming is a vital economic activity, predominantly characterized by small family farms and family-based agriculture. However, the economic concentration in large multinational companies adds complexity to the sector, influencing agricultural policies and practices according to corporate interests, which can marginalize small producers. This undergraduate thesis analyzes the trajectory of coffee production in Brazil, focusing on the impacts of quality certifications and income inequality. Through a bibliographic review, it aims to understand how these factors affect the social, economic, and environmental dimensions of Brazilian coffee farming.

Keywords: brazilian coffee farming, quality certifications, territorial development, family farming

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.1 Evolução da produção de café no Brasil”.....	15
Tabela 2 - Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.2 Certificações de qualidade”.....	16
Tabela 3 - Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.3 Especificidades territoriais e a cafeicultura familiar sustentável”.....	17
Tabela 4 - Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.4 Circuito espacial da cafeicultura brasileira”.....	18
Tabela 5 - Síntese das características dos períodos propostos por Frederico (2017).....	23

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP	Áreas de Preservação Permanente
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Coopfam	Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo
DO	Denominação de Origem
Expocacer	Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado
FT	<i>Fair Trade</i>
GERCA	Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
IAC	Instituto Agronômico de Campinas
IBC	Instituto Brasileiro do Café
IES	Instituição de Ensino Superior
IG	Indicação Geográfica
IP	Indicação Geográfica de Procedência
MEC	Ministério da Educação
MOBI	Mulheres Organizadas em Busca de Independência
RA	<i>Rain Forest Alliance</i>
RL	Reserva Legal
UC	<i>UTZ Certified</i>

1 INTRODUÇÃO

A produção de café no Brasil desempenha um papel fundamental na economia, como um setor que gera emprego e renda, principalmente para a população rural. De acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em seu boletim de safras mais recente, a produção total da safra brasileira de café em 2024 está estimada em 54,79 milhões de sacas. Trata-se de uma redução de 0,5% em relação à última colheita de 2023, provocada pelas adversidades climáticas. De todo modo, o Brasil ocupa espaço de destaque no mercado global como maior produtor de *commodity*, priorizando oferta de volumes e preços competitivos em vez da qualidade.

No entanto, é notado um movimento, nos últimos 15 anos, de esforços para promover a produção de café de qualidade superior, implicando em aumento de preços de exportações, além de ampliar possibilidades para aumento de consumo interno. Uma das principais estratégias adotadas para melhorar a competitividade do café brasileiro no mercado internacional foi a certificação. A demanda por cafés especiais, que incluem as produções orgânicas, as práticas de comércio justo – representadas por selos como *Fair Trade*, *Utz Certified* e *Rain Forest Alliance* – cresceu, o que demonstra um comportamento de consumo por produtos que se apresentem de forma “responsável” em questões socioambientais, ou seja, produções sem uso de agrotóxicos, com direitos trabalhistas assegurados e promoção de acesso à educação para os empregados e familiares (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2011).

Este movimento de certificações favorece uma valorização das especificidades territoriais, o que tende a promover uma reavaliação das práticas agrícolas em favor daquelas que prezam pela sustentabilidade, harmonia social e desenvolvimento territorial a partir do protagonismo dos agricultores familiares, responsáveis por parte considerável da produção cafeeira brasileira. Trata-se de associar à economia da produção agrícola a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento social equilibrado dos agentes que participam do circuito produtivo-comercial (MORUZZI MARQUES & SILVEIRA, 2009).

A sustentabilidade na agricultura, incluindo a cafeicultura, envolve não apenas a eficiência técnica e produtiva, mas também benefícios socioeconômicos e impactos ambientais positivos. A título de exemplo, no Sul de Minas Gerais, a cafeicultura transforma desde a década de 1990 o modo de vida dos agricultores

familiares, que passaram a adotar práticas agrícolas sustentáveis. Em Poço Fundo, ocorre experiência pioneira com a cafeicultura certificada orgânica e comércio justo, um trabalho realizado graças à Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo – Coopfam, que incentiva e dá suporte à transição para produção agroecológica (DOURADO & VALE, 2018).

Porém, o cenário mais geral se caracteriza por uma concentração econômica no circuito espacial da produção de café, com o predomínio de empresas multinacionais. Ou seja, convém adicionar uma camada mais espessa de complexidade à dinâmica territorial da cafeicultura. Essas corporações exercem uma influência decisiva nas regiões produtoras, frequentemente orientando as políticas e práticas agrícolas de acordo com seus interesses corporativos globais. Tal concentração de poder leva a um uso desigual e seletivo do território, beneficiando grandes atores econômicos enquanto marginaliza os pequenos produtores (REIS, 2009).

Diante desse cenário, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar os desafios e as oportunidades da produção de café no Brasil, com foco específico nas certificações de qualidade e na desigualdade na distribuição de renda no setor. Através de uma revisão bibliográfica sistemática, busca-se discutir os fatores que influenciam a sustentabilidade socioeconômica e ambiental da cafeicultura brasileira, com destaque para a produção cafeeira da região do Sul de Minas Gerais.

2 OBJETIVO GERAL

Analizar os desafios da produção de café no Brasil, com foco nos impactos das certificações de qualidade. Situando especialmente o lugar da cafeicultura familiar da região do Sul de Minas Gerais neste quadro.

2.1 Objetivos específicos

- a) Examinar o impacto das certificações de qualidade, avaliando a contribuição para a definição de preços e acesso aos diferentes mercados.
- b) Avaliar a consideração das especificidades territoriais e práticas agrícolas sustentáveis na cafeicultura brasileira, incluindo o papel da agricultura familiar.

- c) Investigar o circuito espacial da produção de café, analisando a participação dos agentes envolvidos.

3 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica, considerando trabalhos científicos e artigos com foco nos temas pertinentes para os objetivos do trabalho, seguindo requisitos e critérios de pesquisa que irão garantir a abrangência e profundidade da análise a ser apresentada.

3.1 Requisitos, critérios e etapas de seleção das fontes

As principais bases de dados consultadas incluíram: *Google Scholar* e Portal de Periódicos Capes/Ministério da Educação (MEC). Os descritores utilizados para pesquisa das fontes foram: “produção de café no Brasil”, “certificações de qualidade e café”, “cafeicultura familiar”, “sustentabilidade na cafeicultura”, “desigualdades no circuito espacial da produção de café”, “meios geográficos”, “cooperativismo”, “comércio justo”, “cafeicultura globalizada”.

Para a seleção das pesquisas, os seguintes recortes foram considerados: a revisão engloba artigos científicos publicados em revistas avaliadas como A e B pelo Qualis-Capes e teses publicados nos últimos 15 anos relativos a estudos que abordem a produção de café no Brasil, em português.

A coleta de dados se deu da seguinte maneira:

- a) Os descritores anteriormente citados foram utilizados para buscar resultados que apresentassem os mesmos no título, resumo e/ou palavras-chave. Um total de 3.412 resultados foram encontrados, considerando todas as bases de dados consultadas. Foi realizado um refinamento dos resultados, considerando apenas artigos publicados em revistas e teses, eliminando documentos de resumos e apresentações em simpósios/congressos. Além disso, foram priorizados os resultados encontrados no Portal de Periódicos Capes por apresentar uma ferramenta de pesquisa avançada melhor se comparada com o *Google Scholar*, e feito um cruzamento dos resultados partindo para um número de 200 trabalhos. Foram selecionados os títulos de interesse que se enquadravam dentro dos critérios, recortes anteriormente citados e que tratassem da relação entre os objetivos propostos e não de forma isolada resultando em um total de 31 trabalhos escolhidos para a próxima etapa;
- b) Leitura dos resumos com o objetivo de avaliar se os trabalhos se encaixam para o desenvolvimento do trabalho. Após a leitura dos

resumos, 18 estudos que relacionam a cafeicultura aos temas de agricultura familiar, especificidades territoriais, cooperativismo e certificações foram selecionados para a próxima etapa;

- c) Leitura dos estudos selecionados no item anterior, buscando aprofundar nos temas de estudo. Abaixo, as tabelas divididas de acordo com os tópicos da revisão bibliográfica e os estudos que embasaram a construção dos conteúdos, apresentam os respectivos autores, ano de publicação, título, breve descrição e revista e/ou Instituição de Ensino Superior (IES).

Tabela 1. Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.1 Evolução da produção de café no Brasil”.

Autor, ano	Título	Descrição	Revista/ IES
Colistete, 2015	Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX.	Examina a produção agrícola do estado de São Paulo, no início do século XX, após mudanças provocadas pela expansão do cultivo de café.	Revista Brasileira de Economia
Frederico, 2017	Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização.	Apresenta uma periodização da cafeicultura brasileira de acordo com a perspectiva territorial e as mudanças dos meios geográficos.	Geousp – Espaço e Tempo
Lopes et al., 2014.	Uma análise das consequências da cafeicultura convencional e as opções de modelos sustentáveis de produção.	Aborda a trajetória da cafeicultura brasileira e apresenta a produção orgânica, o processo de transição agroecológica e os potenciais benefícios.	REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão
Silva e Gaydeczka , 2015	Levantamento sobre a cafeicultura do Cerrado Mineiro no SBICafé (2000 – 2015)	Analisa as pesquisas sobre a cafeicultura do Cerrado Mineiro, a partir de perspectivas de inovação tecnológica e gestão.	Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação
Vilas Boas, 2021	Disseminação da cafeicultura no sul de Minas Gerais e no município de Nepomuceno – MG.	Discute elementos envolvidos na promoção da produção cafeeira, impacto do trabalho escravo e construção de ferrovias para a cafeicultura de MG.	Revista PARAONDE! ?

Tabela 2. Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.2 Certificações de qualidade”.

Autor, ano	Título	Descrição	Revista/ IES
Alvarenga e Arraes, 2020	Construção do mercado de café <i>Fair Trade</i> no Brasil: avanços e desafios.	Descreve as iniciativas direcionadas ao mercado de café certificado <i>Fair Trade</i> no Brasil.	Organizações Rurais & Agroindustriais
Cabrera e Caldarelli, 2021	Viabilidade econômica de certificações de café para produtores brasileiros.	Estima os custos e possíveis benefícios das certificações como <i>Fair Trade</i> , Orgânico, <i>Rainforest</i> , <i>UTZ</i> e <i>4C</i> .	Revista de Política Agrícola
Moreira, Fernandes e Vian, 2012	Características da certificação na cafeicultura brasileira.	Caracteriza os padrões das certificações presentes na cafeicultura brasileira, analisa o mercado e perfil dos produtores em relação às certificações.	Organizações Rurais & Agroindustriais
Pedini e Machado, 2014	<i>Fair Trade</i> : possibilidades de empoderamento de cafeicultores familiares no sul de Minas Gerais.	Apresenta os princípios da certificação <i>Fair Trade</i> e avalia o potencial de mudança aos envolvidos no processo da certificação.	Estudos Sociedade e Agricultura

Tabela 3. Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.3 Especificidades territoriais e a cafeicultura familiar sustentável”.

Autor, ano	Título	Descrição	Revista/ IES
Dourado e Vale, 2018	Agricultura familiar, cooperativismo e agroecologia promovendo o desenvolvimento territorial sustentável.	Analisa como a produção agroecológica contribui para a inovação, atividade econômica e valorização da agricultura familiar, em perspectiva do cooperativismo.	Revista Geografia
Moruzzi Marques e Silveira, 2009	Impacto das novas representações de qualidade alimentar sobre as dinâmicas territoriais e a cafeicultura familiar do sul de Minas Gerais.	Aborda as relações entre as dinâmicas territoriais, agricultura e sociedade a partir da cafeicultura familiar sul mineira.	Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento
Perosa, Jesus e Ortega, 2017	Associativismo e certificação na cafeicultura mineira: um estudo do café do Cerrados e do café da Mantiqueira de Minas.	Analisa a organização dos produtores através de associações e cooperativas, considerando a obtenção das identidades geográficas.	Economia Ensaio
Toledo, 2019	Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de Minas Gerais.	Avalia as cooperativas presentes no sul e sudoeste de MG e, relaciona os vínculos que tornam as cooperativas ferramentas importantes para a economia do território.	Caderno de Geografia

Tabela 4. Estudos analisados para o desenvolvimento do tópico “4.4 Circuito espacial da cafeicultura brasileira”.

Autor, ano	Título	Descrição	Revista/ IES
Barone, 2017	Cafés especiais e salto de escala: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais	Analisa, em cooperativas do sul de Minas Gerais, o circuito espacial produtivo e círculo de cooperação, considerando o mercado justo, orgânico e <i>gourmet</i> .	Dissertação (mestrado) – UNESP - Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Frederico, 2014	Círcito Espacial Produtivo do Café e o Jogo de Escalas.	Pondera as relações entre os agentes envolvidos no circuito espacial produtivo do café, considerando as escalas geográficas de ação.	Mercator
Nannini e Casimiro, 2023	Cooperativismo e territorialização do agronegócio do café no sul de Minas Gerais.	Discute a ação das cooperativas dentro do modelo de produção da cafeicultura do sul de Minas Gerais.	Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho
Pereira, 2014	Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro.	Avalia a especialização territorial cafeeira em Patrocínio e região e os agentes envolvidos que dão suporte à produção regional.	Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía
Reis, 2009	Uso corporativo do território brasileiro e a nova dinâmica do lugar: o circuito espacial da produção de café e os círculos de cooperação no sudoeste de MG.	Apresenta os círculos de cooperação da produção cafeeira, o impacto da globalização e presença de multinacionais no circuito espacial do café brasileiro.	Dissertação (mestrado) – UNESP - Instituto de Geociências e Ciências Exatas

4 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

4.1 Evolução da produção de café no Brasil

Transformações técnico-políticas estão associadas aos períodos de evolução e mudanças da produção de café, que embasam os quatro momentos da história da cafeicultura brasileira periodizada por Frederico (2017). As variáveis técnicas como inovações tecnológicas, mecanização da produção e diferentes modos de cultivo, assim como as variáveis políticas de incentivos governamentais e regulações comerciais interagem e transformam os territórios, estruturas socioeconômicas, dinâmicas produtivas e as relações entre os agentes envolvidos (FREDERICO, 2017).

A trajetória da cafeicultura no Brasil inicia após a introdução do cultivo em 1727. Efetivamente, Francisco de Mello Palheta trouxe da Guiana Francesa para o Pará mudas e sementes da planta. Em seguida, ocorre ampliação de cultivo em outras regiões do país nos anos seguintes, como no Rio de Janeiro em 1760, primeiramente como planta ornamental (LOPES et al., 2014). Daí até as primeiras décadas do século XIX são situadas por Frederico (2017) como primeiro período da cafeicultura brasileira. Trata-se dos “primórdios da cafeicultura” no “meio natural”, que abrange a expansão das plantações de café dos arredores do Rio de Janeiro para o interior do estado, Vale do Paraíba, chegando à Zona da Mata Mineira, extremo leste de São Paulo e sul do Espírito Santo.

Este período é caracterizado por falta de instrumentação técnica e de métodos produtivos sem correta fundamentação. Desta maneira, as condições naturais ditavam as determinações do cultivo, levavam ao esgotamento dos recursos naturais, como estimam Frederico (2017), Lopes et al. (2014) e Vilas Boas (2021). Assim, este primeiro período da cafeicultura brasileira conhece ciclos de prosperidade e decadência. Vilas Boas (2021) ainda pontua que a prática cafeeira do período esteve organizada de acordo com a tríade: monocultura, escravismo e latifundiarismo, identificado como sistema de *plantation*.

O começo da produção mecanizada e a modificação territorial com a construção de ferrovias, cabos telegráficos e modernização dos portos no final do século XIX marcam o início do segundo período, denominado por Frederico

(2017) como “mecanização da cafeicultura e o meio técnico”. Este momento é marcado pela ampliação da cafeicultura no Oeste Paulista, conectada pelas ferrovias ao porto de Santos que precisou passar por modificações e adaptações aos grandes volumes de café destinados para a exportação, desenvolvida com os primeiros navios a vapor (FREDERICO, 2017).

Outros aspectos importantes destacados por Frederico (2017) durante o segundo período se referem às relações de assalariamento e “parceria” que passam a reorganização espacial e social, abordado como o desenvolvimento de cidades funcionais à produção cafeeira paulista. O trabalho de Colistete (2015) evidencia a diversidade e o avanço desigual da produção de café entre as regiões de São Paulo. Aquelas especializadas na produção cafeeira eram responsáveis pela grande exportação e outras “marginais” mantinham produções agrícolas necessárias para o abastecimento interno como milho e feijão.

Ainda no segundo período, definido por Frederico (2017), houve uma superacumulação da produção, redução da demanda mundial e aumento dos excedentes de café ocorrido durante a crise internacional de 1929. A partir desse momento, o Estado brasileiro atua para ponderar a oferta e consumo com ações como a devastação dos cafeeiros de qualidade inferior, geração de quotas de exportação, taxação e proibição de novos plantios (FREDERICO, 2017).

Considerando as circunstâncias, mais um movimento de alteração territorial, social e técnica é iniciado. Alguns produtores de café migram para a Região do Cerrado Mineiro, atraídos pelos preços atraentes das terras e pelas ações de desenvolvimento do governo brasileiro que objetivava a expansão, renovação e racionalização da produção cafeeira (SILVA & GAYDECZKA, 2015). Assim, Frederico (2017) menciona a alteração da estrutura fundiária da cafeicultura brasileira após a crise: os pequenos produtores detentores das pequenas propriedades de café tornaram-se predominantes principalmente nas áreas de expansão de São Paulo, norte do Paraná e sul de Minas Gerais.

Demarcado a partir das décadas de 1960-70, o terceiro período da cafeicultura no Brasil é definido como “Cientificação da cafeicultura e meio técnico-científico”, nas palavras de Frederico (2017). Ocorre então a difusão de novos sistemas técnicos e a articulação do Estado para financiar a modernização da produção. O mesmo autor realça a intervenção estatal, antes apontada apenas como política pública para a subsistência de renda dos grandes

produtores, mas que, desde 1952, com a criação do Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Estado assume o planejamento e coordenação do circuito produtivo do café, desde a produção, transformação industrial, distribuição, consumo e a regulação do mercado e política cafeeira.

As transformações deste período adequaram a produção ao modelo produtivista da agricultura com a escolha das variedades de cultivo de alto rendimento, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além do suporte das linhas de créditos especiais para o setor (LOPES et al., 2014). Para obter crédito fornecido pelo Gerca (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) /IBC, o uso dos novos cultivares desenvolvidos pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC), com financiamento de empresas nacionais e multinacionais, era exigido. Estes cultivos estavam condicionados também ao uso de insumos químicos e mecânicos, oferecidos pelas empresas multinacionais incorporadas ao território brasileiro no âmbito da adoção do modelo da Revolução Verde, favorecendo o desenvolvimento de complexos agroindustriais (FREDERICO, 2017).

A cafeicultura paranaense e paulista passa por um declínio produtivo neste período de renovação tecnológica-produtivista na década de 1970. Neste quadro, Minas Gerais desponta como maior região produtora, com concentração principalmente no sul do estado, que apresentava fatores favoráveis para a modernização da cafeicultura. Entre tais fatores, foram decisivas terras ociosas disponíveis, estrutura fundiária relativamente desconcentrada, o que foi herdado dos desmembramentos de fazendas durante a crise de 1929, disponibilidade de mão de obra, além de condições de solo e clima propícios para a cafeicultura, o que limitou as culturas concorrentes de soja e cana-de-açúcar (FREDERICO, 2017).

Ao final da década de 1980, o modelo “tecnológico-produtivista” impulsionado pelo Estado se esgota. Os conceitos de competitividade e sustentabilidade ambiental junto com a ideologia e políticas neoliberais passam a dominar o setor. Assim Frederico (2017) denomina o quarto período em seu trabalho como “Cafeicultura científica globalizada”.

Portanto, as mudanças políticas do período afetaram o papel do Estado na cafeicultura brasileira. Em 1990, ocorre a extinção do Instituto Brasileiro de Café (IBC), implicando em migração para as grandes corporações algumas das funções estatais, como a concessão de créditos ao produtor e controle de

estoques. Os preços do café passam a flutuar livremente na bolsa de valores (FREDERICO, 2017). Essa mudança é apontada por Dourado e Vale (2018) como motivador do aumento de competitividade entre os produtores que passaram a se importar com a qualidade dos grãos.

Em seu trabalho, Frederico (2017) apresenta dados sobre esta “desregulamentação” da produção cafeeira: o percentual da renda total do café correspondente ao país importador aumentou de 50% para 75%, enquanto o percentual de renda total para os produtores reduziu de 30% para 13%. Neste quadro desfavorável para os produtores, um movimento de organização em cooperativas e associações regionais é iniciado para buscar ferramentas de melhoria e diferenciação na qualidade dos cafés, especialmente com a produção de café orgânico (DOURADO & VALE, 2018).

Abaixo, a Tabela 1 apresenta uma síntese das descrições referentes aos períodos da cafeicultura brasileira propostos por Frederico (2017) em seu trabalho.

Tabela 5. Síntese das características da cafeicultura brasileira nos períodos propostos por Frederico (2017).

Período	Descrição
“Primórdios da Cafeicultura e o Meio Natural”	Abrange o fim do século XVIII até as décadas de 1870 – 1880. Caracterizado por falta de instrumentação técnica e de métodos produtivos sem correta fundamentação, Produção concentrada no Vale do Paraíba, fluminense e paulista, Zona da Mata Mineira e sul do Espírito Santo.
“Mecanização da Cafeicultura e o Meio Técnico”	Compreende o final do século XIX até as décadas de 1950 – 1960. Início da produção mecanizada e alteração territorial com construções de ferrovias. Ampliação da cafeicultura no Oeste Paulista e desenvolvimento de cidades funcionais à produção cafeeira paulista.
“Cientifização da Cafeicultura e o Meio Técnico-científico”	A partir das décadas de 1960 – 1970, caracterizado pela difusão de sistemas técnicos e articulação do Estado para financiar a modernização da produção cafeeira através das ações do IBC. Minas Gerais desponta como maior região produtora, com destaque para o sul do estado.
Cafeicultura Científica Globalizada e o Meio Técnico-científico-informacional”	Marcado pelo esgotamento do modelo “tecnológico-produtivista” ao final da década de 1980 e com o rompimento da intervenção estatal em 1990 com a extinção do IBC. A ideologia e política neoliberal passam a dominar o setor.

Fonte: FREDERICO (2017).

4.2 Certificações de Qualidade

A certificação orgânica, segundo Moreira, Fernandes e Vian (2012), foi a primeira a efetuar-se na cafeicultura brasileira. Produtores exportam café orgânico desde 1990. Durante o período de crise entre 2000 e 2004, ocorre um aumento de certificações, com o desejo de produtores em ofertar o café com preços até 200% mais altos que o convencional. Entre os perfis mais engajados na orientação orgânica, os mesmos autores utilizam o exemplo de trajetória de um produtor da cidade de Machado, localizada no Sul de Minas Gerais, que produz café orgânico desde 1990 com objetivo de preservação da natureza, melhora da qualidade de vida dos trabalhadores e eliminação do uso de agrotóxicos. Com tal disposição, foi possível ao produtor vender o seu produto ao mercado exigente japonês, onde o café é torrado e vendido com o nome da fazenda e fotos das pessoas envolvidas no trabalho de cultivo, agregando valor à história desta produção (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012).

A busca por mudanças dentro do mercado globalizado, com processos alternativos de comercialização, favorece sistemas nos quais os consumidores possam fazer escolhas sem que o preço seja o único determinante da compra. Trata-se de oferecer meios para que a decisão de consumo seja fundada em critérios socioambientais. Em boa medida, trata-se de uma perspectiva de “consumo político”, com dinâmicas que valorizam a qualidade e origem dos alimentos, tal como sugere Fátima Portilho (2020). Desta maneira, o mercado *Fair Trade* (FT) se desenvolve como um conceito de “mercado justo” ou “mercado solidário”, que já era conhecido entre importadores da Europa e pequenos produtores de países em desenvolvimento no início dos anos 60 apontam Moreira, Fernandes e Vian (2012).

O sistema de certificação FT tem início na Holanda em 1989 e o primeiro produto certificado foi o café, destacam Moreira, Fernandes e Vian (20212). A propósito, na cidade de Poço Fundo, no sul de Minas Gerais, em 1997 uma associação de produtores familiares iniciou suas atividades com o objetivo de certificar os produtos de seus membros com o selo orgânico e FT. Trata-se de um dos projetos pioneiros no país, exportando o café com as duas certificações a partir de 2003. No ano seguinte, a associação tornou-se Coopfam (Cooperativa dos agricultores familiares de Poço Fundo) (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012).

Já no Cerrado Mineiro, a Expocacer – Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado responsável pela exportação de café desta região – possui em seus

armazéns a certificação *UTZ Certified* (UC), que recompensa as boas práticas, assegura qualidade social e ambiental na produção por meio de um sistema de rastreabilidade ao longo da cadeia do café, do produtor até o torrefador, fornecendo aos compradores informações de origem e método de produção (PEROSA, JESUS & ORTEGA, 2018).

A associação da conservação ambiental à produção de commodities agrícolas de países tropicais, originou em 1998 uma coalizão de organizações não governamentais de países como Brasil, Honduras, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Equador, Colômbia e Estados Unidos para a criação da certificação *Rain Forest Alliance* (RA) (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012). De acordo com dados do trabalho de Perosa, Jesus e Ortega (2018), essas certificações são aquelas que mais crescem nas propriedades de café do Cerrado Mineiro. Assim, a Expocacer se adequou para receber em seus armazéns grandes quantidades de cafés certificados dos seus filiados.

A literatura apresenta um debate sobre os benefícios, custos e eficiência das certificações para os produtores, como aponta Cabrera e Caldarelli (2021). Portanto, é de grande importância no âmbito dos estudos socioeconômicos o entendimento dos objetivos de cada certificação, os mercados visados e o perfil de produtores engajados, como assinalam Moreira, Fernandes e Vian (2012) ao caracterizar as certificações na cafeicultura.

Com o objetivo de desenvolver padrões para a agricultura orgânica, a certificação deste tipo de qualidade demanda que não sejam utilizados agrotóxicos e nem adubos químicos solúveis na produção. Para tal, são exigidos documentos de controle dos insumos aplicados, dados da colheita, estoque, vendas e plano de manejo, com vistas a garantir o monitoramento e rastreabilidade do produto (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012). De acordo com Cabrera e Caldarelli (2021), os custos são pagos pelos produtores tanto para certificação quanto para posteriores monitoramentos.

Além destas características, a certificação orgânica solicita cumprimento de normas sociais e ambientais, como registro de funcionários, adequação do estabelecimento ao código florestal brasileiro, com zelo por exemplo em relação às Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012).

Voltada para os pequenos produtores que estão organizados em associações ou cooperativas, a certificação *Fair Trade* (ou comércio justo) pode ser aplicada para produções de café convencional ou orgânico, havendo restrições ao uso de agroquímicos listados no caso do cultivo convencional para assegurar mínima qualidade socioambiental (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012). Um objetivo importante desta certificação é diminuir os intermediários da cadeia produtiva, com o intuito de aumentar a remuneração dos pequenos produtores a partir de um preço justo mínimo pago por seus produtos (CABRERA & CALDARELLI, 2021).

Alvarenga e Arraes (2020) apresentam a perspectiva do perfil de consumidores dos produtos certificados FT, confiando que o valor pago para adquirir o produto regressará em parte suficiente para o produtor conseguir cobrir seus custos de produção e melhorar suas condições de vida. Os autores apontam ainda a cafeicultura como o principal setor certificado *Fair Trade*.

Por outro lado, os principais objetivos da certificação UC consistem em identificar procedência, modo de produzir e relações de trabalho em torno da produção do café com este selo, de acordo com Moreira, Fernandes e Vian (2012). Trata-se de tornar a cadeia transparente e recompensar os produtores com práticas responsáveis de cultivo, o que inclui uso eficiente de água, além de dar atenção à saúde e segurança dos empregados, assegurar seus direitos, educação e assistência médica, concluem os mesmos autores.

Conciliar produção agrícola, conservação da biodiversidade e desenvolvimento humano constitui o foco da certificação RA (CABRERA & CALDARELLI, 2021). Diferentemente das demais modalidades, há permissão de uso de agroquímicos, mas com bom senso de volume aplicado e toxicidade, apontam Moreira, Fernandes e Vian (2012), que complementam com os critérios mais rígidos que devem ser seguidos: rastreabilidade, conservação dos ecossistemas, proibição da caça de animais silvestres, interdição do despejo de águas residuais sem tratamento em corpos de água e ausência de discriminação nos direitos trabalhistas. Especificamente no Brasil, é necessária a conservação de 30% da área da propriedade para manutenção de vegetação natural.

As pesquisas de Silveira e Moruzzi Marques (2009) focalizaram a experiência de produzir e comercializar o café certificado realizada pelo projeto produtivo orgânico fundado em princípio do comércio justo da Coopfam localizada

em Poço Fundo/MG. Esta ação tem como efeitos o rompimento da dependência da agricultura familiar com a comercialização tradicional e o desenvolvimento de um “processo de especificação territorial”, tal como propõe Pecqueur (2006).

Os autores Perosa, Jesus e Ortega (2018) ressaltam que os selos certificam a produção e o produto, mas não geram uma diferenciação vinculado às especificidades de regiões (o que é o caso das Indicações Geográficas, IG, por exemplo).

4.3 Especificidades territoriais e cafeicultura familiar sustentável

No contexto da globalização, surgem novas formas de crescimento, inovação e dinâmicas econômicas. Nas propriedades rurais a partir de especificidades naturais e culturais, é possível organizar um modo de produção agroecológico considerando os saberes da agricultura familiar para um desenvolvimento territorial sustentável (DOURADO & VALE, 2018). A especialização produtiva regional é interpretada como uma das consequências da cafeicultura científica globalizada por Frederico (2017). Este autor considera que, além das diferenças como características climáticas e morfológicas, importantes para a qualidade final do café, as regiões começaram a destacar novos sistemas técnicos adequados as singularidades produtivas e a fisiografia territorial.

Nesta linha, desencadeiam as certificações de indicação geográfica (IG) com categorias de Denominação de Origem (DO) – o nome geográfico designa ao produto qualidades ou características exclusivas por causa do meio geográfico, fatores naturais e humanos ali presentes, ou Indicação Geográfica de Procedência (IP) – o nome geográfico é conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto (PEROSA, JESUS & ORTEGA, 2017)). Acentuar as qualidades e especificidades, dando devida atenção ao meio ambiente e aos aspectos de condições de trabalho, produção familiar e comércio justo, fazem parte da organização política dos agentes interessados em criar condições de diferenciação para o mercado externo, figurando como estratégia de competitividade para o produto e para a região produtora (PEREIRA, 2014).

Perosa, Jesus e Ortega (2017) esclarecem que as IG não podem ser consideradas como um mecanismo de certificação, mas sim uma ferramenta que confere ao produto uma referência ao território. De tal forma, os autores apontam

que existe uma expectativa, sem garantia, de uma bonificação ao preço do produto com uma IG ou ainda acesso aos mercados exigentes e com melhores remunerações. Esses fatores são dependentes do reconhecimento da qualidade do produto e especificidade associada à região.

Com base nessa compreensão, Dourado e Vale (2018) realizaram estudos que mostram o valor da agricultura familiar de base agroecológica para a organização e produção adequada para desenvolver um território sustentável. A agricultura convencional, estruturada em monocultura e uso de insumos químicos, sofre com as adversidades climáticas e fitossanitárias, o que acarreta implicações econômicas e socioambientais (LOPES et al., 2014).

O estudo dos autores Dourado e Vale (2018), a partir de levantamento de dados, revisão bibliográfica, observações em campo e entrevistas com a presidência e cooperados da Coopfam, mostra que as motivações para os produtores optarem pelo sistema agroecológico são os benefícios econômicos, lavouras mais produtivas e de qualidade superior sem uso de agroquímicos. Além destes pontos, evidenciaram o suporte da cooperativa ao realizar análises que comprovam a melhor qualidade do café orgânico e encorajam os produtores, caracterizando o associativismo como um capital social da sociedade que constrói relações horizontais de confiança, solidariedade e reciprocidade para o benefício do coletivo.

A propósito, é válido destacar o trabalho específico com mulheres agricultoras efetuado pela Coopfam: a cooperativa criou o projeto MOBI – Mulheres Organizadas em Busca de Independência, ofertando apoio técnico, financeiro e educativo. Graças a esta ação, produziram o “Café Feminino Sustentável” que passou a ser exportado e vendido no mercado interno, além de ter sido servido durante eventos da Copa do Mundo no Brasil em 2014 (TOLEDO, 2019).

Portanto, trata-se da construção de um território com atividades das famílias produtoras intermediadas por processos sociotécnicos, além de fatores naturais, como apontam Silveira e Moruzzi Marques (2009). Estes autores evidenciam a multifuncionalidade da cafeicultura do sul de Minas Gerais, fundada em sistema de produção orgânica e familiar da Coopfam. A comparação com o modelo produtivista convencional do café auxilia muito nesta linha de reflexão.

A ascensão de regiões dedicadas prioritariamente à produção especializada é resultado das alterações técnicas e político-normativas, provocando uma redefinição da organização espacial, como destaca Frederico (2014). O autor realça

o distanciamento físico dos locais de produção com os locais de consumo, o que implica em complexa disposição espacial das atividades produtivas e distributivas. Portanto, é necessário avaliar a influência da política de grandes empresas nos circuitos espaciais produtivos, além dos impactos das escolhas regionais e locais nas dinâmicas do mercado mundial.

4.4 Circuito espacial da cafeicultura brasileira

O meio geográfico transformado em paralelo aos processos de globalização, com a disseminação de mudanças técnicas, é marcado por novas relações territoriais que ampliam os circuitos espaciais produtivos e mobilizam diferentes agentes, resultando em uma maior divisão do trabalho e de atividades relacionadas à produção (PEREIRA, 2014). Conforme a escala geográfica diminui, mais agentes intermediários são necessários em razão de uma maior distância entre produtor e consumo final (FREDERICO, 2014).

Os fatores como espécie cultivada, sistema de cultivo (convencional ou agroecológico), qualidade final do produto e aplicação de certificações tornam a cultura do café mais complexa, tal como sugere Frederico (2014). Este autor resume o circuito entre os países produtores e consumidores com as seguintes etapas e agentes: fornecedores de insumos, crédito agrícola e suporte técnico; cafeicultores; intermediários que realizam beneficiamento e comercializam o café, como cooperativas, corretores e *tradings*. Os países produtores também são consumidores, logo outros agentes participam deste circuito: indústrias de torrefação e moagem; distribuidores para o atacado e varejo. Já os países que importam apresentam agentes atuando na etapa final do circuito: empresas importadoras; torrefadoras; distribuidores; varejistas e grande mercado consumidor.

Portanto, o circuito não é encerrado em um lugar específico de produção, as demandas resultam de ações distantes, assim como as divisões de trabalho se diferenciam em territórios. Estes últimos são alcançados por intermediários externos de modo e em tempos distintos (PEREIRA, 2014). Um exemplo, apresentado por Frederico (2014), o cafeicultor que negocia diretamente o seu café com atravessadores locais, por não fazer parte de nenhuma associação/cooperativa, vende o produto sem nenhum tipo de classificação para o corretor, que realiza a compra pelo preço abaixo da cotação do mercado e em seguida separa os grãos

com alguma classificação. Assim é possível obter preços diferenciados conforme a qualidade do lote, ao negociar com torrefadoras nacionais ou corretores maiores. O autor conclui que a negociação com o corretor local limita a ação do cafeicultor dentro do circuito e aumenta o número de atravessadores, resultando em valores de ganho menores.

De forma oposta, ao se inserir no circuito de uma organização como as cooperativas, que atribuem para os pequenos produtores as possibilidades de produzir cafés de qualidade a partir da adoção das certificações e da Indicação de Procedência, os produtores assumem um papel de maior importância dentro do circuito e alcançam preços diferenciados (FREDERICO, 2014).

O trabalho de Barone (2017) apresenta a diferença de preços praticados para os cafés produzidos pelos cooperados da Coopfam em Poço Fundo/MG: os dados de 2014 apontam uma diferença de R\$ 30,00 a R\$ 40,00 por saca entre o café do comércio justo – FT e do convencional. Já entre o café convencional do comércio justo e do comércio justo orgânico, a diferença se situa em cerca de R\$ 250,00, ainda em 2014. Além destes números, em 2015, 76% da produção foi destinada para exportação via comércio justo, sendo que 41% do total exportado foi diretamente vendido pela cooperativa e o restante executado por *traders* e torrefadoras. A propósito, Silveira e Moruzzi Marques (2009), mencionam que a Coopfam obteve, em 2007, o registro de exportador com certificação comércio justo, o que tornou possível se tornar responsável por suas próprias exportações.

A inserção das grandes tradings estrangeiras que possuem sedes brasileiras em São Paulo, Santos e Belo Horizonte e com filiais em municípios produtores, que concorrem diretamente com as corretores e exportadoras locais/ nacionais é discutida por Pereira (2014). O autor evidencia quatro grandes grupos estrangeiros atuando no território brasileiro, com origem da Alemanha, Suíça, Singapura, além de uma *joint venture* com capital nacional e estadunidense, atraídas pela produção dos cafés *gourmet* e certificados, agregando ao circuito espacial da região uma regulação e forte influência externa.

Com efeito, Frederico (2014) relaciona a abertura do mercado brasileiro com a centralização do setor, pois muitas empresas nacionais foram adquiridas por corporações transnacionais. Assim, a melhoria de qualidade do café ofertado para o mercado interno que a política liberal esperava a partir da “livre concorrência” gerada pelas grandes empresas transnacionais não ocorreu.

Outro agente envolvido no circuito, principalmente a partir do aumento do consumo de café fora de casa, são os “bares-café” e “boutiques de café”, presentes nos *shopping-centers* e em áreas movimentadas das metrópoles do Brasil. Trata-se de um meio de oferta de cafés nacionais de maior qualidade e importados. Estes estabelecimentos agregam valor com venda dos produtos e xícaras de café. Ou seja, além de qualidade superior, oferecem diferentes símbolos em torno do café, como história, origem e diversidade de sabores singulares, assim como ambiente e experiência do serviço. Os produtores conseguem negociar valores acima do mercado junto a esses agentes. Porém, a identidade do cafeicultor não é preservada. Este último recebe menos se comparado com o valor pago ao produtor convencional, avaliando o preço final da xícara de café com o valor de venda do café verde (FREDERICO, 2014).

Uma “recommoditização” dos cafés especiais, *gourmet*, certificados orgânicos e FT, com denominação de origem, é concebida por Frederico (2014) a partir da análise da participação de grandes empresas torrefadoras, como Nestlé, ou de grande varejo, como a Starbucks. Trata-se de uma padronização do produto e preços, eliminando a autonomia e identidade dos produtores.

Monopolizada pelo capital internacional, a cadeia produtiva do café se subordina a corporações hegemônicas que comercializam maquinário, fertilizantes, sementes e, consequentemente, interferem na escolha do plantio, do período de cultivo e de colheita (Nannini e Casimiro, 2023). Os agentes são responsáveis pela determinação dos valores ofertados durante as etapas de produção e posterior compra, transporte, armazenamento, distribuição e venda.

5 DISCUSSÃO

A análise das fontes citadas no presente trabalho evidencia que a cafeicultura, a partir da grande influência da interação entre as inovações técnicas e fatores socioeconômicos, promove transformações significativas no território, que ocorreram em diferentes períodos, com o desenvolvimento de regiões produtoras e especialização regional (COLISTETE, 2015; DOURADO & VALE, 2018 FREDERICO, 2017; SILVA & GAYDECZKA, 2015;).

Um período crucial, com mudança política interferindo diretamente a estrutura do mercado cafeeiro, foi aquele de extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC), com o fim da regulação e intervenção estatal. Assim, ocorreu abertura para o setor privado cumprir funções de financiamento e controle de estoques. Os preços do café passam a estar sujeitos as oscilações globais em bolsa de valores, impactando a renda dos pequenos produtores que fazem parte das maiores regiões produtoras de café (DOURADO & VALE, 2018; FREDERICO, 2017).

O aumento da desigualdade de renda dos agentes envolvidos na cadeia da cafeicultura motivou a busca, por parte dos pequenos produtores que passaram a se organizar e formar associações, de alternativas que possibilitassem agregar valor e competitividade ao café. Para tal, foi necessário priorizar a qualidade do produto e não apenas o volume de produção. Desta maneira, despontaram alternativas como certificações de qualidade e iniciativas de valorização de especificidades territoriais (DOURADO & VALE, 2018; FREDERICO, 2017; PEREIRA, 2014).

A formação de cooperativas nesse contexto é muito importante, pois passam a figurar como suporte para a cafeicultura familiar, atuando como motivadores de práticas agrícolas sustentáveis e conferindo aos produtores algum nível de controle de rentabilidade e de acesso aos mercados. Além destas vantagens, o cooperativismo permitiu a incorporação das certificações como ferramentas de qualidade e diferenciação, como aquelas orgânicas, *Fair Trade* (FT), UTZ Certified (UC) e *Rain Forest Alliance* (RA) (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012; PEDINI & MACHADO, 2014).

Embora as certificações sejam em grande medida benéficas, convém ponderar desafios e possíveis limitações. A abordagem de Perosa, Jesus e Ortega (2018) sugere uma demanda por parte das grandes corporações comercializadoras para que os produtores busquem certificar o café, o que exige custos a serem pagos pelos produtores. Por outro lado, há um desconhecimento por parte destes agentes exteriores ao território das particularidades regionais. De fato, via de regra, seu foco é voltado apenas para os ganhos e não para concretizar os objetivos da certificação visando promover boas práticas socioambientais.

Os custos envolvidos no processo de certificação podem ser excludentes. No caso daquelas UC e RA, há uma padronização e exigências complexas em quesitos de organização de documentos e monitoramento. Por se tratar de certificações que visam garantir uma rastreabilidade por toda a cadeia, o sistema

impõe um custo proibitivo para pequenos produtores familiares (CABRERA & CALDARELLI, 2021). Portanto, torna-se oportuno desenvolvimento de projetos que esclareçam as adequações exigidas para cada perfil de produtor, como é abordado no estudo de Moreira, Fernandes e Vian (2012). Estes autores consideram que apenas produtores médios e grandes respondem adequadamente no caso das certificações UC e RA, por conta notadamente de características de boa organização documental.

Já as certificações FT e orgânica são destacadas como opções para os pequenos produtores que priorizam as práticas sustentáveis, com o objetivo de oferecer melhores condições no mercado e preços justos, com a redução de atravessadores ao longo da cadeia cafeeira (MOREIRA, FERNANDES & VIAN, 2012).

Associada às lógicas de certificações, a aplicação da denominação de origem geográfica aos produtos permite atrelar especificidades territoriais aos métodos produtivos, com valorização da agricultura familiar local, preservação do território natural e cultural. Trata-se de estabelecer uma relação do café com uma origem e história, agregando mais um valor de diferenciação para o posicionamento no mercado. Embora as indicações geográficas não sejam uma garantia de maiores rentabilidades, a visibilidade do produto estabelece para a região uma referência de qualidade (DOURADO & VALE, 2018; PEROSA, JESUS & ORTEGA, 2017).

Nesse quadro, as cooperativas também possuem grande importância, por meio de suporte técnico e financeiro, mas também para a aplicação das ferramentas como certificações e formas de indicações geográficas. Com efeito, as cooperativas desempenham assim um papel importante para o desenvolvimento da região, especialmente com a execução de projetos de educação continuada, como cursos e treinamentos, com atendimentos de saúde por meio de convênios e com programas específicos que geram produtos de qualidade, como no caso do MOBI – Mulheres Organizadas em Busca de Independência. Neste último caso, a iniciativa permite fornecer café a partir de prática sustentável para o comércio interno e externo (TOLEDO, 2019).

Todas as transformações periódicas da cafeicultura, com mudanças estruturais geográficas e econômicas, impactam profundamente a cadeia produtiva, provocando aumento da complexidade do circuito espacial do café. Novas divisões de trabalho são desenvolvidas e mais agentes intermediários passam a atuar, com o

aumento da distância entre o produtor do café e seu consumidor final. Ocorre assim o aumento da relação de dependência do cafeicultor com atravessadores e cooperativas (PEREIRA, 2014).

Como reflexo da adoção de políticas neoliberais, as grandes empresas torrefadoras e comercializadoras ganharam um maior peso e influência dentro do circuito, com proporcional redução da ação do Estado. A organização eficiente e com maior capital de algumas associações e cooperativas jogam luz para um dado que não pode ser generalizado. Trata-se de saltar escalas do circuito e de oferecer café diretamente para as torrefadoras e varejos com uma identidade própria. Esta alternativa não é, todavia, experimentada pela grande maioria dos produtores e pequenas cooperativas, que permanecem suscetíveis ao poder de regulação das grandes empresas e às oscilações de preços (FREDERICO, 2014).

Essa dinâmica complexa evidencia a importância de políticas que possam estabelecer mais equidade dentro da cadeia produtiva, permitindo que mais produtores, principalmente da agricultura familiar, tenham espaço dentro do mercado, com alcance de valores justos agregados aos seus produtos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cafeicultura brasileira foi transformada em paralelo a processos de globalização, inovação técnica e mudanças socioeconômicas. Assim, ocorreu a formação de um setor complexo com uma estrutura territorial produtiva expandida e especializada. A transição da intervenção estatal para a privatização da regulação do setor, com o fim do Instituto Brasileiro de Café, expôs os pequenos produtores às oscilações do mercado global, impactou a rentabilidade e aprofundou a desigualdade de renda entre os agentes do setor.

Diante de um cenário adverso, a organização do coletivo dos cafeicultores familiares em cooperativas e o uso de instrumentos de certificação (orgânica e comércio justo) e/ou indicação geográfica emergem como alternativas para os cafeicultores familiares poderem se proteger no mercado e alcançar bons resultados em ambiente muito competitivo.

Ainda são poucos os estudos que apresentam e comprovam a eficiência e benefícios para todos os envolvidos na cadeia cafeeira em relação aos processos de certificação, em especial no que se refere aos cafeicultores familiares. A diferença de rentabilidade para a agricultura familiar após a aplicação de certificações tão exigentes e custosas como orgânica, *Fair Trade*, UC ou RA poderia ser melhor conhecida. Trata-se de iluminar as formas de valorização dos produtos e os ganhos alcançados pela cafeicultura familiar. Outro ponto que mereceria também maiores investigações se refere à oferta de produtos diferenciados no mercado interno.

Portanto seria de grande importância estudos futuros com entrevistas e pesquisas mais aprofundadas sobre os impactos e desafios para obtenção das certificações por agricultores familiares pertencentes ou não de cooperativas. Trata-se de buscar entender os fatores que afetam a disponibilidades desses produtos certificados para o mercado interno.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rafael Pazeto; ARRAES, Nilson Antônio Modesto. Construção do mercado de café Fair Trade no Brasil: avanços e desafios. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 22:e1613, 2020. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/1613>. Acesso em 5 out. 2024.

BARONE, Marcela. Café especiais e salto de escala: análise do circuito espacial produtivo e dos círculos de cooperação dos cafés especiais do Sul de Minas Gerais. **Dissertação (Mestrado)** - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2017. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/items/864eecd2-bf47-4140-bb7f-64079fe0479a> . Acesso em 16 set. 2024.

CABRERA, Lilian Cervo; CALDARELLI, Carlos Eduardo. Viabilidade econômica de certificações de café para produtores brasileiros. **Revista de Política Agrícola**, v. 30, n. 4, p. 64, 2021. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1651>. Acesso em 5 out. 2024.

COLISTETE, Renato Perim. Regiões e Especialização na Agricultura Cafeeira: São Paulo no Início do Século XX. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 3, p. 331–354, jul. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rbe/article/view/9003>. Acesso em 25 set. 2024.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Safra café. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe>. Acesso em 11 nov. 2024.

DOURADO, Nathan Pereira; VALE, Ana Rute. Agricultura familiar, cooperativismo e agroecologia promovendo o desenvolvimento territorial sustentável: o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo-MG e região. **GEOGRAFIA**,

Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - VI Encontro REA, p. 119-128, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/13900>. Acesso em 25 set. 2024.

FREDERICO, Samuel. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas (coffee productive spacial circuit and the game of scales). **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 37 a 48, apr. 2014. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1037>. Acesso em 8 out. 2024.

FREDERICO, Samuel. Território e cafeicultura no Brasil: uma proposta de periodização. **Geousp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 1, p. 73-101, abril. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/98588>. Acesso em: 16 set. 2024.

LOPES, Paulo Rogério et al. Uma análise das consequências da cafeicultura convencional e as opções de modelos sustentáveis de produção-agricultura orgânica e agroflorestal. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 8, n. 1 e 2 (2014): Dossiê: Identidade Rural, cultura e meio ambiente. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/article/view/6912>. Acesso em 25 set. 2024.

MOREIRA, Cassio Franco; FERNANDES, Elisabete A. de Nadal; VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Características da certificação na cafeicultura brasileira. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, [S. I.], v. 13, n. 3, 2012. Disponível em: <https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/429>. Acesso em 16 set. 2024.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; SILVEIRA, Miguel Ângelo da. Impactos das novas representações de qualidade alimentar sobre as dinâmicas territoriais e a cafeicultura familiar do sul de Minas Gerais. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, n. 9, p. 105-120, 2009.

NANNINI, Warllen Torres; CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. Cooperativismo e territorialização do agronegócio do café no Sul de Minas Gerais. **PEGADA - A**

Revista da Geografia do Trabalho, [S. I.], v. 24, n. 1, p. 1–30, 2023. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8469> . Acesso em: 8 out. 2024.

PECQUEUR, Bernard. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. I.], v. 24, n. 1 e 2, p. 10–22, 2006. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/243>. Acesso em: 3 dez. 2024.

PEDINI, Sérgio; MACHADO, Rosa Teresa Moreira. Fair Trade: possibilidades de empoderamento de cafeicultores familiares no sul de Minas Gerais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2014. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/392>. Acesso em 30 set. 2024.

PEREIRA Mirlei Fachini. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Vol. 23, n.º 2, jul.-dic. de 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281830704015> . Acesso em 5 out. 2024.

PEROSA, Bruno; DE JESUS, Clésio Marcelino; ORTEGA, Antonio César. Associativismo e Certificação na Cafeicultura Mineira: um estudo do Café do Cerrado e do Café da Mantiqueira de Minas. **Revista Economia Ensaios**, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil, v. 32, n. 1, 2018. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/view/36605> . Acesso em: 30 set. 2024.

PORTELHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. **Redes (St. Cruz Sul, Online)**, v.25, n.2, p. 411-432, maio-agosto, 2020. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15088>. Acesso em: 15 nov. 2024.

REIS, Guilherme Rodrigues dos. Uso corporativo do território brasileiro e a nova dinâmica do lugar: o circuito espacial da produção de café e os círculos de cooperação no sudoeste de Minas Gerais (MG). 2009. **Dissertação (mestrado)** – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/11449/95591>. Acesso em: 25 mai. 2024.

SILVA, Tony Garcia.; GAYDECZKA, Beatriz. Levantamento sobre a cafeicultura do Cerrado Mineiro no SBICafé (2000-2015). **Revista Brasileira de Ciência, Tecnologia e Inovação**, Uberaba - MG, v. 1, n. 2, p. 43–53, 2015. Disponível em: <https://seer.ufmt.edu.br/revistaelectronica/index.php/rbcti/article/view/3561> . Acesso em: 25 set. 2024.

SILVEIRA, Miguel Angelo; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. Desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da cafeicultura familiar no sul de Minas Gerais. **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**, Cap. 9, p. 229-250, 2009.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano. Cafeicultura e desenvolvimento territorial: as cooperativas de café no sul de Minas Gerais. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 2, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/20848>. Acesso em 5 out. 2024.

VILAS BOAS, Lucas Guedes. A disseminação da cafeicultura no Sul de Minas Gerais e no município de Nepomuceno-MG. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 189–213, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/paraonde/article/view/102876> . Acesso em: 16 set. 2024.